



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL.

Embargos de Declaração nº 192438-1/01 – Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Andréa Carnila Correia Xaves

3524

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE ERRO MATERIAL OU OMISSÃO. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS TÃO SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não se refletem no acórdão embargado quaisquer erros materiais ou omissões a serem supridos na presente via. 2. No que concerne à arguição de que, de acordo com o disposto nos arts. 2º e 37 da CF, não seria possível qualquer ingerência do Poder Judiciário no âmbito do mérito administrativo para fins de apreciação dos critérios de avaliação e formulação das questões do certame, observou-se não assistir razão ao embargante, posto que, na hipótese, o que se verificou foi uma ilegalidade no edital do certame, o qual previu um percentual de rendimento mínimo (50%) materialmente impossível de ser atingido em relação à disciplina em discussão, que continham um número ímpar de questões formuladas. 3. Com efeito, ao contrário do que foi dito nas razões do presente recurso, o acórdão fustigado abordou a matéria de modo satisfatório em seu item 2, que estabelece o seguinte: "No caso, não obstante o fato do Edital ser a lei interna do certame e sua estrita observância garantir a objetividade da atuação administrativa, observou-se que o percentual de rendimento mínimo previsto no subitem 9.3 do instrumento convocatório não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão, porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 25 (vinte e cinco) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o número também ímpar 12,5 (doze e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada



18

354

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

questão valia 01 (um) ponto". 4. Aclaratórios conhecidos apenas para fins de prequestionamento do contido no art. 273, I, do CPC, e nos arts. 2º e 37 da CF/88, porém improvidos de forma unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 192438-1/01, em sessão realizada no dia ____ de ____ de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I. 28 de 01 de 2010
Recife,

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL.

Embargos de Declaração nº 192438-1/01 – Comarca do Recife
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargado: Andréa Camila Correia Xaves

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de Instrumento em apenso que, no entender do embargante, incorreu em erro de fato e omissão ao negar provimento à interposição para manter a decisão interlocutória então recorrida, que, por sua vez, determinou à fundação recorrente que reconhecesse a classificação da embargada de forma a tornar possível a participação da mesma na 2ª fase do concurso público para provimento do cargo de Analista em Gestão Administrativa, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Em suas razões, de fls. 02/07, alega o embargante que o aresto verberado transgrediu regra contida no Edital do certame, vez que reconheceu a classificação de candidato que obteve percentual de acertos inferior ao expressamente previsto no instrumento convocatório, desrespeitando, portanto, o princípio constitucional da separação dos poderes insculpido no art. 2º da CF/88.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar o erro de fato e a omissão alegados e prequestionar a matéria ventilada.

É o relatório.

Recife 28 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 192438-1/01 – Comarca do Recife
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargado: Andréa Camila Correia Xaves

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, dessarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbro qualquer erro de fato ou omissão a macular o acórdão invectivado, senão vejamos.

No que concerne à arguição de que, de acordo com o disposto nos arts. 2º e 37 da CF, não seria possível qualquer ingerência do Poder Judiciário no âmbito do mérito administrativo para fins de apreciação dos critérios de avaliação e formulação das questões do certame, observo que não assiste razão ao embargante, posto que, na hipótese, o que se verificou foi uma ilegalidade no edital do certame, o qual previu um percentual de rendimento mínimo (50%) materialmente impossível de ser atingido em relação à disciplina em discussão, que continham um número ímpar de questões formuladas.

Com efeito, ao contrário do que foi dito nas razões do presente recurso, verifico que o acórdão fustigado abordou a matéria de modo satisfatório em seu item 2, que estabelece o seguinte: *"No caso, não obstante o fato do Edital ser a lei interna do certame e sua estrita observância garantir a objetividade da atuação administrativa, observou-se que o percentual de rendimento mínimo previsto no subitem 9.3 do instrumento convocatório não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão,*



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

21
157

porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 25 (vinte e cinco) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o número também ímpar 12,5 (doze e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 01 (um) ponto".

Como visto, a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento do contido no art. 273, I, do CPC, e nos arts. 2º e 37 da CF/88, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 28 de 04 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator